

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.
O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

**GT 03 - Gênero, trabalho, profissões e políticas sociais na América Latina, na
atualidade: o que nos aproxima e o que nos distancia?**

A construção feminina do desenvolvimento:
estratégias e organização econômica das mulheres
no semiárido nordestino.

Alana Moraes de Souza

Outubro 2012

Resumo: Este trabalho analisa a inserção das mulheres no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, que é o segundo maior produtor de roupas do Brasil, atrás de São Paulo. A região apresenta taxas elevadas de crescimento econômico, baseada na produção familiar de roupas. A reflexão se dá a partir das estratégias econômicas, valores e expectativas das mulheres costureiras que se organizam economicamente em pequenas unidades produtivas domésticas, vendendo elas próprias a mercadoria nas feiras. Apesar de serem as mulheres a maioria na produção e a na venda, a elite econômica empresarial é composta por homens, que ficam sempre com a administração dos negócios. Os homens separam as esferas econômica e doméstica, enfatizando a identidade do “empresário” ao passo que as mulheres misturam essas dimensões. Trata-se de investigar esta diferença, localizando-a nas estratégias econômicas das mulheres.

Resumo expandido: Este trabalho pretende analisar as estratégias e a organização econômica das mulheres em uma região que tem uma das economias mais desenvolvidas do Nordeste Brasileiro, o semiárido do Estado de Pernambuco, onde se localiza o Polo de Confecção do Agreste, que abarca três cidades centrais – Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama – e ainda outras dezenas de pequenos municípios da região. O Polo de Confecções é o segundo maior produtor do Brasil, atrás de São Paulo (Véras, 2011). Em 2003, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), revelou as dimensões do Polo, que conta com mais de 12.000 unidades de produção, sendo que apenas 8% delas eram empresas formalizadas. Fora isso, a economia de confecções do agreste empregava 76.000 pessoas, produzindo mais de 57 milhões de peças por mês. (UFPE, 2003).

A configuração do Polo de Confecções vem atraindo a atenção tanto da academia quanto do mundo empresarial, porque se trata de uma das regiões mais dinâmicas do país do ponto de vista econômico, e isso sem estar vinculada a nenhuma política de investimento ou geração de emprego e renda por parte do Estado, seja na esfera estadual seja em âmbito federal (Véras, 2011). O Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Cruz do Capibaribe – a cidade perscrutadora da produção de confecções – entre 1999 e 2008 cresceu 237%, segundo a secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco. Em 2007 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que Santa Cruz foi o município cuja economia e população mais cresceram em Pernambuco nos últimos vinte anos. Se em 1991, Santa Cruz apresentava 38.332 habitantes, em 2007 já contava com 73.680 pessoas - quase o dobro. No último senso do IBGE (2010), a cidade já possuía com uma população de 87.538 indivíduos. Todo este crescimento se concentra no perímetro urbano do município, que apresenta uma taxa de urbanização de 97%.

O cenário de crescimento econômico do Nordeste brasileiro na última década é vasto, calcado no que a literatura vem chamando de “polos dinâmicos” tais como o polo petroquímico de Camaçari; o polo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro; Polo minero-metalúrgico de Carajás; as áreas de “moderna” agricultura de grãos como o cultivo da soja do oeste Baiano ao sul do Maranhão; a agricultura extremamente mecanizada da fruticultura do Vale do Açú e do Vale do São Francisco; o polo de pecuária intensiva no Agreste Pernambucano, entre outros exemplos (Bacelar, 2000). Quase todos estes exemplos são frutos ou de investimentos estatais ou do grande capital, quando não, uma associação vigorosa entre eles. É este o “nordeste” mais destacado para exemplificar o

quadro de “desenvolvimento” recente da região. O “Polo de Confeções do Agreste” passa ao largo desse cenário porque se caracteriza, como uma configuração produtiva baseada na produção familiar que mantém suas unidades produtivas “informais”.

O aumento expressivo da população é fruto de um fluxo migratório muito intenso e ainda em curso de pessoas oriundas das regiões de agricultura mais ou menos próximas da cidade, como por exemplo, as cidades do agreste pernambucano e também do sertão da Paraíba e de Alagoas, como foi possível observar durante minha permanência na cidade. Além desta corrente migratória que hoje é fundamental para a economia impulsionada pela produção de roupas, é importante salientar que nessa região encontra-se também o maior fluxo de migrantes retornados de todo o Nordeste, ou seja, muitas pessoas oriundas dessa região que anteriormente haviam ido “tentar a vida” no “sul” agora estão voltando, muito por conta da expansão da produção e comercialização da “*sulanca*”, como é chamada a roupa produzida nessa região. (Lyra, 2005)

As experiências do mundo rural e do mundo urbano, no caso do agreste pernambucano, ao invés de rupturas ou descontinuidades, produzem relacionalmente uma configuração interessante caracterizada por um intenso crescimento urbano de um lado conjugado com a reprodução dos sítios e pequenas unidades familiares de produção agrícola, seja porque a confecção torna-se uma importante atividade complementar da família camponesa, seja porque a migração para a cidade da “*sulanca*” possibilita a transferência de recursos para aqueles que permaneceram nos “sítios”.

O objetivo desse trabalho é entender essa configuração produtiva centrada na produção doméstica e familiar de roupas e artigos de vestuário a partir do protagonismo das mulheres já que a atividade de costura assim como o “mundo da moda” continua sendo uma dimensão considerada tipicamente feminina na região. O atual cenário produtivo é composto por diversas experiências e trajetórias de mulheres que migraram da pequena unidade produtiva agrícola e constituíram uma unidade de produção de confeções na cidade, muitas vezes construindo em suas narrativas o desejo de “independência”, seja em relação aos pais, seja em relação ao marido ou a um patrão.

Em relação a prática da venda das mercadorias produzidas nas feiras locais é comum, mesmo entre os homens, a percepção de que as mulheres também são as melhores vendedoras. Uma das explicações é que “roupa” é mais “coisa de mulher” e que as compradoras sentem-se mais “à vontade” com uma vendedora. Contudo, se a venda na

feira é feita na maior parte das vezes por mulheres e é considerada uma tarefa melhor desempenhada por elas, o “negócio” e a “administração” são tarefas masculinas. As mulheres raramente abrem mão de estar na costura e confeccionar e vender suas próprias peças, enquanto que os homens procuram se distanciar do “fazer” da costura lhes atribuindo a função de “administrar” ou “gerenciar” o negócio.

Ainda que os maiores empresários da região possuam empresas onde a esposa também é considerada “dona”, os “negócios” são tocados por eles. São os homens que viajam para feiras de negócios, que possuem relação com os fornecedores, que detém o controle da contabilidade, que fazem as consultorias orientadas pelo SEBRAE¹. Trata-se de um conjunto de responsabilidades consideradas masculinas e ligadas ao “negócio”. Como disse Antônio, dono de uma confecção de Gerente de Feiras da prefeitura de Santa Cruz, a mulher é “boa para vender”, o homem é bom para o “negócio”.

Uma configuração produtiva cada vez mais frequente, no entanto, é aquela formada por redes femininas de parentesco em torno da organização e administração da produção própria. São primas, cunhadas, irmãs, que mantêm sua produção e comercialização independente dos seus cônjuges, quando estes geralmente se ocupam do comércio de tecidos, máquinas, transporte, construção civil ou do setor de serviços ligado ao comércio em geral. Muitos homens também optam por permanecer nos sítios, geralmente os mais velhos. Além destas mulheres existem tantas outras solteiras ou divorciadas que chegam à cidade em busca de uma inserção na produção de confecções acompanhadas de irmãs, primas e etc. As redes femininas de produção configuram um modelo concorrente de organização produtiva ao tradicional modelo da família nuclear, bastante comum na região.

A divisão sexual dos papéis econômicos no arranjo produtivo do agreste pernambucano acaba por configurar uma situação limite: uma economia cujo motor é a costura, com produção feminina de mercadorias, mas que, no entanto a elite empresarial das confecções é majoritariamente masculina. O que significa que, na prática, a pequena unidade produtiva organizada por mulheres continuam sendo pequenas unidades produtivas enquanto que as pequenas unidades produtivas organizadas e administradas por homens são as que se tornam “empresas” de maior porte.

¹ SEBRAE é o serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas.

Em diálogo com a literatura da economia feminista o esforço dessa pesquisa foi primeiramente visibilizar as mulheres como “atoras” econômicas (Leon, 2003) já que os homens da região organizados a partir das associações empresariais se constituem como os porta-vozes do desenvolvimento local em parceria com o SEBRAE. A partir da análise de suas trajetórias e experiências de vida é possível construir um quadro elaborado de estratégias econômicas dessas mulheres – da migração até a construção de arranjos de parentesco que as possibilitem organizar a confecção própria - assim como entender a ideia de “independência” muito presente em seus discursos.

No mesmo sentido o presente trabalho dialoga com a antropologia econômica a fim de entender as especificidades da organização econômica dessas mulheres em suas pequenas unidades produtivas. Existem valores importantes para estas pequenas produtoras, geralmente de origem rural, que se encontram extremamente vinculadas com a prática produtiva e que as diferenciam dos empresários que formam a elite econômica da cidade, identificados com a prática financeira.

O trabalho independente de um patrão, por exemplo, é tão fundamental para estas pequenas produtoras que elas aceitam se submeter, a fim de garantir tal autonomia, a uma maior jornada de trabalho e também às responsabilidades que acompanham o negócio próprio, tais como lidar com a feira, os materiais, a garantia dos prazos, tanto dos clientes como dos fornecedores ao invés de se assalariarem.

Outro valor relevante que perpassa estas pequenas produtoras é justamente a valorização do trabalho produtivo em si, a importância de fazer e produzir a mercadoria, em detrimento das tarefas financeiras, quase sempre vistas como “perda de tempo”. Não produzir a mercadoria e apenas pagar para terceiros produzirem, como fazem os “empresários” é visto com desaprovação pelas confeccionistas independentes.

Por fim, queremos ressaltar uma característica central da organização econômica da pequena unidade produtiva, e que em geral encontra-se intimamente ligada à economia doméstica, o que está muito bem representado na frase muito dita por eles, “o ganho da confecção dá pros gastos da casa”. O que temos é uma consideração indispensável acerca das necessidades de consumo da casa intrinsecamente ligada ao cálculo da produção e à penosidade do trabalho, o que os diferencia em definitivo dos maiores empresários que consideram de extrema importância separar o espaço da casa do espaço

da economia, do mesmo modo que se afastam da tarefa produtiva rumo à “administração dos negócios”.

Nossa intenção é contribuir para uma análise sobre a configuração econômica do Polo de Confeções do Agreste assim com os recentes debates sobre o desenvolvimento na região nordeste dando voz às mulheres inseridas nessa configuração. Muitas análises feitas sobre a região enfatizam a característica da “precariedade” do trabalho por conta das extensas jornadas de trabalho e da ausência de direitos trabalhistas fundamentais já que trata-se de uma economia predominantemente informal. Nessa abordagem as mulheres, quase sempre, são tratadas como vítimas da expansão do capitalismo e como mão de obra barata e precarizada. Outra análise bastante comum é aquela feita pelos atores oficiais da região, marcadamente o SEBRAE, que investem em uma narrativa cujo esforço é mostrar a exemplaridade do desenvolvimento local protagonizado pelos “empreendedores”, ou seja, pela elite econômica masculina da região. Nos dois casos as mulheres não se constituem como sujeitos econômicos e o que propomos nesse trabalho é justamente mostrar a especificidade da organização econômica feminina a partir das suas pequenas confecções assim como os valores que as orientam e orientam a forma pela qual elas administram o tempo e o dinheiro.

Bibliografia:

BACELAR, Tânia. “O Setor Público e o Nordeste.” In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan e Fase, 2000.

Leon, M. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização. In: **Ações das mulheres contra o jogo da OMC**. São Paulo: SOF, REF, MMM, set. 2003.

LYRA, Maria. “Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno.”. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, p. 144-154, 2005.

UFPE. **Estudo de caracterização Econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**. Recife, 2003.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. “O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco: Ensaio de uma Perspectiva de Abordagem.” In: ARAÚJO, Ângela e VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (orgs.). **Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção**. São Paulo: Editora Annablume, 2011.